

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRRS Nº 15/2020

Contratantes: União/PRR-5ª Região e a AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA., CNPJ 06.164.913/0001-20, Objeto: O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, com início em 11/11/2020 e término em 11/11/2021, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. Processo nº 1.05.000.000178/2020-71. Assinam eletronicamente, em 20/11/2020, pela PRR-5ª Região, Clarinda Aparecida Veloso de Santana, Secretária Regional e, em 21/11/2020, pela empresa, Wladimir Horn Hulse, Sócio Diretor.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO. PARTÍCIPES: União Federal, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Pará - PR/PA, e a Universidade Federal do Pará - UFPA; OBJETO: Aditar Acordo de Cooperação Técnica que estabelece regime de mútua cooperação entre a UFPA e a PR/PA, por intermédio do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), visando ao fortalecimento acadêmico do Curso de Mestrado Profissional em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA) e à qualificação do corpo funcional do MPF no Estado do Pará; VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de sua publicação em imprensa oficial; DATA DA ASSINATURA: 20.11.2020; ASSINAM: Dr. ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA, Procurador-Chefe, pela PR/PA e EMMANUEL ZAGURY TOURINHO, Professor Doutor e Reitor pela UFPA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020 - UASG 200053

Nº Processo: 12500004829202017. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, visando à aquisição de equipamentos e suprimentos de Informática para a Procuradoria da República no Paraná (PR/PR), doravante denominada CONTRATANTE, e unidades jurisdicionadas, com fretes, seguros, garantias e todas as demais despesas consideradas inclusas. Total de Itens Licitados: 22. Edital: 24/11/2020 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Rua Marechal Deodoro, 933, Centro - Curitiba/PR ou <https://www.gov.br/compras/edital/200053-5-00017-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 24/11/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/12/2020 às 13h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MONICA SAID LINZMAYER DEA
Pregoeira

(SIASGnet - 22/11/2020) 200100-00001-2020NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2020

PROCESSO Nº 1.27.002.000180/2020-62. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: KAMILA MAIA ARAÚJO. OBJETO: Serviços continuados de jardinagem e implantação de grama nas dependências da PRM/Floriano. VIGÊNCIA: 01/12/2020 a 30/11/2021. PREÇO GLOBAL: R\$ 12.200,00. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. DATA DA ASSINATURA: 19/11/2020. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Kamila Maia Araújo, Representante Legal, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 62/2019

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e a empresa TELEALARME BRASIL EIRELI. OBJETO: Rescisão do Contrato nº. 62/2019. DATA: 23/11/2020. DATA/ASSINATURA: 22/09/2020; Giovanni Tavares Bruscato, pela Contratante.

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 63/2019

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e a empresa MONITORA CAXIAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME. OBJETO: Rescisão do Contrato nº. 63/2019. DATA: 13/11/2020. DATA/ASSINATURA: 22/11/2020; Giovanni Tavares Bruscato, pela Contratante.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020 - UASG 200058

PROCESSO Nº 1.33.000.001830/2020-18

O Pregoeiro da Procuradoria da República em Santa Catarina torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do pregão supramencionado foi adjudicado às empresas CATARINENSE AR CONDICIONADO LTDA - CNPJ nº 81.006.272/0001-09 para os Grupos 1, 3, 4 e 5; PROTEPAR - AR CONDICIONADO LTDA - CNPJ nº 08.606.524/0001-32 para Grupo 2; AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA - CNPJ nº 06.164.913/0001-20 para Grupo 6.

DANIEL CARLOS WEINGARTNER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 52/2020

CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (UNICID), mantida pela SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO S.A. (SECID). Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 19/11/2020 a 18/11/2023. Data de assinatura: 19/11/2020. Assinam: Luiz Henrique Amaral, Reitor da Instituição; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

RETIFICAÇÃO

No extrato do Contrato nº 06/2020 PR/SE, firmado com a empresa MASTERSERV SAÚDE AMBIENTAL E SERVIÇOS LTDA, Processo: 1.35.000.000211/2020-23, publicado no D.O.U., Nº 217 de 13/11/2020, Seção 3, pág. 147. Onde se lê: CNPJ da Contratada: 00.693.097/0001-70, leia-se CNPJ 00.633.097/0001-70; onde se lê: "Valor global anual: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)", leia-se: "Valor global anual: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)"; onde se lê: "Vigência: 06/11/2020 a 05/11/2021", leia-se: "Vigência: 09/11/2020 a 08/11/2021" e onde se lê: "Data da assinatura: 06/11/2020", leia-se: "Data da assinatura: 09/11/2020".

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 51/2020-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Processo nº: 19.03.0000.0004982/2020-91. Contratada: TELTEC SOLUTIONS LTDA. CNPJ: 04.892.991/0001-15. Objeto: Prestação de serviços de garantia técnica, manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e suporte especializado em equipamentos da marca Cisco, pertencentes ao Ministério Público Militar - MPM e instalados na Procuradoria-Geral de Justiça Militar - PGJM. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 44/2020-MPM, de 3/11/2020. Notas de Empenho nº 2020NE001445 e nº 2020NE001446, em 17/11/2020. PTRES 172138. Valor global: R\$ 545.197,00. Vigência: 23/11/2020 a 22/11/2025. Data de assinatura: 23/11/2020. Assinam: Alexander Jorge Pires, Diretor-Geral, pelo MPM e Rafael Araújo Silva, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2018-MPM. Processo nº: 19.03.0010.0000508/2019-92. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: DOMINANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.126.948/0001-56. Finalidade: Repactuação, Reajuste e Revisão do Contrato nº 23/2018, de prestação de serviços de Copeiragem nas dependências da PJM Recife/PE. Valor Mensal: R\$ 2.600,56. Valor Anual: R\$ 31.206,72. Data de assinatura: 23/11/2020. Assinam: Alexander Jorge Pires, Diretor-Geral, pelo MPM e Marcelo Jorge Alves de Luna, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

EDITAL Nº 135, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

21º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO TRABALHO

O Procurador-Geral do Trabalho, Presidente da Comissão do 21º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, tendo em vista o disposto nos artigos 64, 65 e 93 da Resolução nº 143/2017, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Comissão de Concurso estabeleceu os seguintes critérios objetivos para aferição de títulos:

I - PRODUÇÃO CULTURAL DE AUTORIA INDIVIDUAL, NO ÂMBITO DA CIÊNCIA JURÍDICA, REALIZADA APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO (artigos, ensaios, monografias, teses e livros):

Artigos em periódicos ou em obras coletivas: 00 a 04 pontos por artigo (conforme conteúdo, extensão e fonte), até o máximo de 10 pontos;
Artigos em sítio especializado da Internet: 00 a 02 pontos por artigo (conforme conteúdo, extensão e fonte), até o máximo de 05 pontos;
Livros jurídicos: 00 a 15 pontos por livro (conforme conteúdo, extensão e fonte), até o máximo de 30 pontos;

II - DIPLOMA DE MESTRE OU DOUTOR EM DIREITO OU EM CIÊNCIAS SOCIAIS OU HUMANAS, devidamente registrado e, se obtido no exterior, revalidado junto ao órgão competente:

Mestrado: 15 pontos;
Doutorado: 30 pontos;

III - DIPLOMA UNIVERSITÁRIO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, nacional ou estrangeiro, em nível de especialização na área jurídica, de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas, conferido após atribuição de nota de aproveitamento, desde que devidamente reconhecido ou autorizado pelo Ministério da Educação, constando tal aspecto, necessariamente, da certidão expedida pela instituição de ensino, ou conforme legislação federal específica, e, se obtido no exterior, revalidado junto ao órgão competente:

Pós-graduação "lato sensu" ou especialização, sem monografia: 03 pontos;
Pós-graduação "lato sensu" ou especialização, com monografia: 07 pontos;

IV - certificado expedido por Escola Superior do Ministério Público, da Magistratura ou da Ordem dos Advogados do Brasil, de haver o(a) candidato(a) frequentado curso de pós-graduação por elas ministrado, de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas, comprovada a aprovação do(a) aluno(a), desde que devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação ou pelo órgão competente:

Pós-graduação "lato sensu" ou especialização, sem monografia: 03 pontos;
Pós-graduação "lato sensu" ou especialização, com monografia: 07 pontos;

V - EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO SUPERIOR EM DISCIPLINA DA ÁREA JURÍDICA nível de graduação, com recrutamento realizado por processo seletivo formal, em instituição de ensino superior pública ou reconhecida:

02 pontos por ano completo de exercício, até o máximo de 20 pontos;

VI - EXERCÍCIO DE magistério superior em curso de pós-graduação (especialização lato sensu, mestrado ou doutorado) oferecido por instituição de ensino superior, com o devido reconhecimento:

Pós-graduação "lato sensu" ou especialização: 01 ponto por ano completo de exercício, até o máximo de 10 pontos;

Mestrado ou Doutorado: 03 pontos por ano completo de exercício, até o máximo de 30 pontos;

VII - EXERCÍCIO DE magistério em curso oficial de preparação à carreira, atualização ou pós-graduação, oferecido por instituições de ensino e pesquisa jurídica (Escolas Superiores) integradas ao Ministério Público, à Magistratura ou à Ordem dos Advogados do Brasil:

Preparação à carreira: 01 ponto por ano de exercício, até o máximo de 10 pontos;

Atualização: 01 ponto por ano de exercício, até o máximo de 10 pontos;
Pós-graduação: 01 a 02 pontos por ano de exercício, até o máximo de 20 pontos;

VIII - exercício de Cargo ou função técnico-jurídica, privativo de bacharel em Direito, em órgãos do Legislativo, Executivo, Judiciário OU do Ministério Público:

Membro do Judiciário ou do Ministério Público: 03 pontos por cada período mínimo de seis meses, até o máximo de 30 pontos;

Cargo Técnico, privativo de Bacharel em Direito, no Judiciário, no Ministério Público, no Legislativo ou no Executivo: 01 ponto por cada período mínimo de seis meses, até o máximo de 10 pontos;

Cargo de Advogado Público/Procurador Público/Defensor Público: 02 pontos por cada período mínimo de seis meses, até o máximo de 20 pontos;

